

VISÃO DO CORREIO

A responsabilidade ética dos Poderes

Judiciário e Legislativo protagonizam, ao longo de 2025, sucessivos embates institucionais que tensionaram a ideia de harmonia e independência entre os Poderes, princípio estruturante da Constituição de 1988. A aprovação do PL da Dosimetria, as controvérsias em torno da Lei do Impeachment, os conflitos sobre emendas parlamentares, despesas obrigatórias e a execução do Orçamento revelam um ambiente de disputa continuada. Nesse contexto, cada Poder passou a atuar menos como parte de um sistema cooperativo de freios e contrapesos e mais como corporação empenhada em preservar e ampliar prerrogativas próprias. É inegável que, até aqui, as instituições republicanas resistiram aos ataques mais diretos à ordem democrática. Não houve ruptura institucional nem desmonte formal das garantias constitucionais. O sistema de pesos e contrapesos funcionou, bloqueando excessos e evitando retrocessos mais graves. A democracia brasileira demonstrou resiliência, e esse dado merece reconhecimento.

O problema, contudo, desloca-se do plano jurídico para o plano ético. As instituições podem funcionar formalmente e, ainda assim, sofrerem desgaste profundo perante a opinião pública. É isso que vem ocorrendo. O comportamento contraditório de autoridades dos Poderes tem corroído a liderança moral que sustenta a legitimidade republicana. Decisões tecnicamente corretas não bastam quando acompanhadas de sinais de corporativismo, casuismo ou conveniência política. Em vez de fortalecerem a autoridade institucional, fragilizam-na. Quando a confiança pública é abalada no plano ético, instala-se um problema grave. A democracia não se sustenta apenas em regras, mas também em valores compartilhados entre instituições e

sociedade. Nesse sentido, a reflexão clássica sobre a ética permanece atual. Para Aristóteles, a ética é um saber prático, voltado à ação orientada pelo bem comum. A virtude, governada pela razão, é o caminho para a realização humana, entendida não como interesse individual, mas como compromisso com a vida pública. Aplicada à vida republicana, essa noção ajuda a compreender o impasse atual. Quando instituições passam a agir prioritariamente em defesa de interesses próprios, sejam poder, prestígio e/ou autoproteção, afastam-se da ética da virtude e do dever para com a coletividade. Na tradição kantiana, a exigência ética é ainda mais rigorosa: agir corretamente não por conveniência ou cálculo, mas por dever. Transposta ao plano institucional, essa concepção implica que decisões devem ser tomadas não porque favorecem este ou aquele Poder, mas porque são universalmente justificáveis à luz de princípios válidos para todos.

A crise ética da política brasileira não é recente. Ela está associada ao financiamento da política, à confusão entre interesses públicos e privados e à captura do Estado por grupos organizados. Esse ambiente alimenta a desconfiança generalizada e transforma cada movimento institucional em suspeita de manobra ou autoproteção.

O sistema democrático exige equilíbrio permanente entre convicções políticas e responsabilidade de Estado. Sem isso, os riscos são o esvaziamento da autoridade moral das instituições e a erosão contínua da confiança pública. Democracias não colapsam apenas por golpes, mas também pelo desgaste cotidiano de seus valores. Recuperar o espírito republicano, com menos corporativismo e mais virtude cívica, deixou de ser uma escolha. Tornou-se uma urgência.



MARCOS PAULO LIMA
marcospaulo.df@cbnet.com.br

O jogo político do futebol

Futebol e política caminham de mãos dadas. Presidentes, dirigentes e executivos de clubes comprovam a tese positivamente — e negativamente — com movimentações públicas e privadas friamente calculadas dentro e fora das quatro linhas. Dono da caneta do Vasco, Pedrinho está a uma partida de igualar o feito do maior ídolo do clube amanhã, às 18h, contra o Corinthians, no Maracanã. Roberto Dinamite é uma raridade. Empilhou títulos como jogador e celebrou a Copa do Brasil de 2011 diante do Coritiba no papel de mandatário em um tempo difícil. Opositor derrotado, Eurico Miranda tentou sabotar a gestão. Resistente, a administração imperfeita do “Bob” ganhou a Série B do Brasileirão 2009 com o técnico Dorival Júnior e a promessa Philippe Coutinho. A possibilidade de um ex-jogador conquistar título como presidente de clube no Brasil é quase zero. A política rasteira da velha cartolagem faz barricadas para evitar o acesso de quem construiu a história do time na bola ao poder. Ronaldo, por exemplo, teve a pré-candidatura minada com golpes baixos na última eleição da CBF. Mauro Silva faz belo trabalho na vice-presidência da Federação Paulista, porém tem os caminhos fechados por blocos de resistência a quem não representa o coronelismo. É assim aqui e lá fora. A Uefa e a Fifa cortaram os planos de Michel Platini e Franz Beckenbauer pela raiz. Enquanto, no Brasil, trabalha-se contra o boleiro aposentado, na Argentina eles mandam em clubes de ponta. Erram, mas resistem. Verón é o presidente do Estudiantes.

Riquelme lidera o Boca Juniors. Francescoli influencia o River Plate na função de diretor esportivo. Não há repulsa por eles. Por falar em objeção, o ex-zagueiro e técnico Abel Braga acaba de fazer um gol contra no campo político. Criticou a contratação do italiano Carlo Ancelotti para assumir a Seleção Brasileira. “Você abre o paletó e a pele não é verde e amarela”. Incoerente, participou da contratação do primeiro treinador da gestão dele como diretor técnico do Internacional: o uruguaio Paulo Pezzolano. Parabéns pela revisão do comportamento xenófobo. Ou a mudança de opinião tem viés político para atender à liturgia do cargo? Luiz Felipe Scolari, sim, agiu politicamente correto. Foi anfitrião da CBF na posse de Carlo Ancelotti depois de ser aceito como técnico de Portugal de 2003 a 2008, e do Chelsea em 2008/2009. Coordenador-técnico do Grêmio, aprovou o lusitano Luís Castro com um vídeo simpático. Antipáticas são as posturas de dois presidentes de clubes paulistas. A administração de Leila Pereira no Palmeiras é quase irretocável. A articulação para mudar o estatuto e disputar o terceiro mandato depõe contra ela e deveria ser barrada. O presidente do São Paulo, Julio Casares, foi atingido em cheio pelo escândalo da exploração clandestina de camarotes no MorumBis, denunciada em reportagem do colega Bruno Giufrida no GE. Renúncia? Que nada! Uma notinha “resolve”. Um conselho aos torcedores: aprenda a enxergar o seu clube além da paixão. Futebol e política andam de mãos dadas em uma combinação altamente corrosiva.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Os impolutos

Em mais uma operação da Polícia Federal (PF), foram encontrados R\$ 400 mil, em dinheiro vivo, em um endereço ligado ao deputado federal Sôstenes Cavalcante (PL-RJ). O deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ) também foi alvo de mandado de busca e apreensão. A PF apura que ambos os parlamentares teriam utilizado a cota parlamentar para desviar recursos em benefício próprio. Chamam a si o manto da moralidade, mas tropeçam no peso do próprio discurso. Assim, os “impolutos” revelam-se apenas no título que escolheram vestir.

» **Marcus A. de Carvalho**
Santos (SP)

Muito fácil

Não tem nada de errado em receber pagamento de imóvel à vista, como alega o deputado Sôstenes Cavalcante. Agora, é só apresentar os documentos da venda do imóvel, bem como comprovar a origem do dinheiro. Quem pagou tem que ser o comprador do imóvel, o qual, por sua vez, também terá que justificar a origem do dinheiro. Também tem que apresentar a declaração apresentada junto ao órgão competente do recebimento em espécie da transação. Tudo muito fácil!

» **Álvaro Lopes**
Ceará

Cassações

Se um trabalhador que segue a CLT ou uma pessoa trabalha conforme a Lei 8.112 faltar 30 dias de serviço sem justificativa, é demitido por justa causa por abandono de serviço. Servidor público é demitido via PAD. Só os deputados querem ficar passeando e recebendo. Essas cassações demoraram para acontecer. Eles deveriam devolver aos cofres públicos todos os valores recebidos após esses 30 dias!

» **Keyla Fernandes**
Brasília

Pobreza e miséria

O Natal e o réveillon são épocas de magia, alegria e confraternização. É quando reunimos os amigos, a família e as pessoas queridas para dividir momentos felizes, por meio de ceias

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Dois filhos de Francisco: um deles fala tanta besteira.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Isenção do IR alcança mais de 600 mil professores. Vergonhoso, isso é valorizar a educação? Decepção total com um governo que iria mudar isso! Ainda mais com tantos supersalários!

Kelly Costa — Brasília

Deslizamento de terra abre cratera e deixa feridos em Ceilândia. É aí que eu deposito o meu IPVA?

Leandro Leal — Brasília

Metrô do Distrito Federal reabre licitação para a expansão da Linha 1 em Ceilândia. Só falam em aumentar as linhas, mas também precisam aumentar a quantidade dos trens e aposentar os mais antigos.

Everton Martins — Brasília

O ataque à comunidade judaica mostra que o ódio religioso continua sendo uma ameaça real e urgente. Os discursos de ódio são sementes de violência que o Estado precisa arrancar pela raiz agindo com firmeza. A tolerância é a base da convivência democrática.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

fartas e entrega de presentes. No entanto, nessas datas, poucos levam a compreender que a situação de pobreza e miséria é produto da falta de organização social. Pobreza e miséria não são simplesmente interpretáveis como um fato natural, mas como o resultado de uma estruturação determinada da convivência humana histórica. Sobre tudo na organização econômica de uma sociedade, as chances de vida (emprego), a participação na vida social, não são divididas do mesmo modo. É assim que a pobreza emerge como um fenômeno coletivo. Razão e motivos para o Estado e a sociedade inserirem de Norte a Sul e abrirem-se às alegrias, às esperanças, às tristezas e às angústias dos pobres e atribulados. O horizonte normativo que se arraiga e se fixa na dignidade do ser humano exige igualdade de direitos para todos.

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Racismo estrutural

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o racismo estrutural no Brasil. O racismo é relação de poder que faz parte de um processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade brasileira. Consiste, dessa forma, em um processo estrutural de poder dos grupos que exercem o domínio — no caso, os lidos como brancos no Brasil — sobre o ordenamento político, cultural e econômico da sociedade. Isso devido aos quase 400 anos de escravidão de pessoas africanas e negras brasileiras. Infelizmente, ainda não superamos o nosso passado colonial e escravocrata, e as consequências são vias até os dias de hoje.

» **Claudio Carvalho**
Salvador (BA)

Correios

Hoje em dia, com essas lojas de e-commerce de todos os tipos de produtos, a maioria das empresas não utiliza mais os Correios. Elas contratam autônomos para fazer as entregas, além de aplicativos como o Uber. Na verdade, os Correios deveriam diminuir de tamanho e focar a ação mais no interior do país, onde não há muito interesse das grandes empresas para fazerem entregas de produtos, já que são entregas, basicamente de mercadorias, faturas. Hoje, o boletos são todos digitais.

» **Everton Martins**
Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varella, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br